

Credores reagem a

Dívida Externa

Economia

CORREIO BRAZILIENSE

conversas em separado

OTÁVIO VERÍSSIMO

Paralelamente aos encontros que vem mantendo com a missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Governo inicia amanhã uma nova etapa no processo de renegociação da dívida externa com uma rodada de consultas aos 30 maiores bancos comerciais credores do País. O período de consultas, de acordo com calendário definido pela equipe econômica, deverá se estender até 14 de setembro, seja através da vinda de representantes dos bancos a Brasília ou do envio de sugestões para uma próxima etapa de negociações propriamente dita.

Apesar de o Governo haver convidado oficialmente os 30 maiores bancos credores para enviarem seus representantes a Brasília, até sexta-feira passada apenas três deles haviam confirmado a vinda ao País: Manufactures Hannover, Bank of América e Credit Lyonnais. Com isso, a expectativa de assessores do Governo passa a ser de que os bancos optem por enviar suas propostas para a formação de um cardápio para renegociação da dívida externa por escrito.

Embora o Governo insista em atribuir relativa importância a essa rodada de consultas individuais com os 30 maiores bancos comerciais credores do País, alegando que antes de negociar é imprescindível conhecer o leque de opções e condições que balizarão o processo, há, por parte de vários credores, uma rejeição a esse tipo de condução. O presidente do Citicorp, John Reed, e o vice-presidente do Banco de Tokyo, Eiichi Matsumoto, deixaram isto bem claro há cerca de nove dias quando, ao participarem do seminário A Renegociação da Dívida Externa, no Senado Federal, defenderam a manutenção do figurino tradicional, de renegociação, que utiliza o comitê assessor dos bancos, formado por seis instituições.

A oposição dos bancos credores à proposta brasileira de se buscar novas formas de condução do processo de renegociação da dívida externa tor-

na-se bem mais acentuada na medida em que a rodada de consultas preliminares proposta pelo Governo parecer ser mais uma estratégia de se ganhar tempo, na medida em que se vai acenando com "uma firme disposição para uma negociação futura". Como resposta, os bancos não só insistem na manutenção de negociações através do comitê assessor como também destacam seus principais executivos para operações de cobrança dentro do próprio Congresso Nacional.

"O primeiro passo para restabelecer a credibilidade da comunidade financeira internacional em relação ao Brasil é eliminar, o quanto antes, essa situação de inadimplência em relação ao pagamento dos juros", disse o vice-presidente do Banco de Tokyo, Eiichi Matsumoto, no último dia 10, no Senado Federal.

Matsumoto destacou que os recursos de órgãos internacionais e o apoio financeiro através de acordos bilaterais com recursos oficiais de governos de outros países estão limitados em termos de volume. "Não há dúvida de que a fonte de recursos, estável e a longo prazo, é constituída de empréstimos dos bancos privados e de investimentos diretos das empresas privadas", disse. "Assim, o primeiro passo para a normalização do relacionamento com os bancos é o pagamento dos juros em atraso, para que se tenha o reconhecimento por todos da intenção do Brasil de continuar pagando os juros e que dispõe de capacidade para isso".

O vice-presidente do Banco de Tokyo, recorreu a dados relativos ao desempenho da balança comercial brasileira, lembrando que o País já atingiu superávit da ordem de 1,9 bilhões de dólares e insistiu: "Com esforço, pode ser possível ampliar essa marca. O total de juros devidos pelo Brasil aos bancos privados estrangeiros é de aproximadamente 6 bilhões de dólares. Um valor perfeitamente possível de honrar-se dentro da capacidade de pagamento do País".